

Senado aprova doze projetos e limpa pauta

O Senado aprovou ontem projeto que determina à Justiça do Trabalho que dê prioridade às ações de dirigentes sindicais ou representantes de empregados nas comissões internas de prevenção de acidentes, quando demitidos sem a devida instauração de inquérito para apuração de falta grave.

A proposta, que será enviada para sanção do presidente da República, determina que a primeira audiência de conciliação e julgamento da reclamação deve ser realizada no máximo em dez dias depois de sua apresentação à Justiça.

O Senado aprovou no total quatro projetos de resolução e oito projetos de lei oriundos da Câmara. Entre eles projeto que autoriza a movimentação da conta vinculada do FGTS quando o titular ou algum de seus dependentes for acometido de câncer maligno.

Foi aprovado pelos senadores outro projeto que altera o artigo 131 da CLT, para substituir a expressão "aborto criminoso" por apenas "aborto". Que permite à empregada solicitar salário-maternidade à Previdência Social.

Foram aprovados, ainda, projetos sobre os seguintes assuntos:

—Autoriza o governo do Paraná a tomar empréstimo com o Banco Mundial, no valor de US\$ 96 milhões, para financiar parte do projeto de melhoria de qualidade do ensino público paranaense.

—Permite ao governo de Minas Gerais emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado, cujos recursos se destinam a girar a dívida mobiliária do estado.